

ANÁLISE PSICOSSOCIAL DO POSICIONAMENTO FRENTE ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS RELACIONADAS A DEFICIENTES FÍSICOS, MULHERES E NEGROS

Lila Maria Spadoni Lemes

Ana Raquel Rosas Torres

RESUMO

As pesquisas psicossociais sobre ações afirmativas podem dar contribuições significativas para a discussão política sobre a implementação de leis que tentem dirimir as desigualdades sociais. Nossa hipótese é que as atitudes favoráveis ou desfavoráveis das pessoas em relação às ações afirmativas acontecem de forma diferenciada no tocante a três minorias (deficientes físicos, mulheres e negros) e também que as atitudes positivas relacionadas às ações afirmativas estão ancoradas nos valores democráticos e na identidade racial. Os resultados confirmam em parte as nossas hipóteses.

PALAVRAS CHAVE: Ações Afirmativas, Valores Democráticos, Desigualdade Social.

INTRODUÇÃO

Os dados do IBGE divulgados recentemente demonstraram claramente que, no Brasil, existe uma grande distinção salarial entre homem e mulheres e entre negros e brancos. Na base da pirâmide, com os salários mais baixos, estão as mulheres negras e, no topo da pirâmide, estão os homens brancos. As tentativas de uma intervenção mais contundente no sentido de reverter essas diferenças são denominadas de ações afirmativas.

As ações afirmativas têm sido polêmicas nos Estados Unidos desde seu início em 1965 (Opatow, 1996). No Brasil, entretanto essa discussão só entrou para a pauta das questões nacionais recentemente em 1996 quando o país reconheceu oficialmente a existência de discriminação contra negros e prometeu, perante a comunidade internacional, instituir uma modalidade específica de ação afirmativa visando propiciar maior acesso de negros no ensino superior. (Gomes, 2001).

Vários projetos de lei tramitam atualmente no Congresso Nacional propondo algum tipo de ação afirmativa, como o projeto que reserva um percentual fixo de vagas para negros nos cargos da administração pública, o projeto de lei que reserva vagas para afrodescendentes nas universidades.

Existem também leis em vigor que podem ser consideradas ações afirmativas tais como a lei que reserva vagas para candidaturas femininas nos partidos políticos e o artigo 37 da constituição brasileira que prevê expressamente a reserva de vagas para deficientes físicos na administração e nos concursos públicos.

No entanto, parece que há uma grande resistência na aceitação dessas medidas que a primeira vista são interpretadas como discriminatórias. As propostas de ações afirmativas que defendem a criação de cotas para negros nas universidades públicas, por exemplo, têm sofrido críticas contundentes que, no geral, giram em torno da dificuldade de se definir quem é negro no Brasil ou então defendendo que os alunos matriculados nas cotas não teriam capacidade de acompanhar os estudos ou ainda, que esse sistema é, por natureza, tão preconceituoso como a própria sociedade.

Bernardino (2005) afirma que a maneira brasileira de encarar o racismo define como racista aquele que separa e não aquele que nega a humanidade de outrem. Talvez por isso as pessoas não aceitem as políticas de ações afirmativas por acreditarem que elas são uma forma de discriminação. Da mesma forma, Gomes (2001) afirma que o cerne da questão reside na interpretação e na implementação do princípio constitucional da igualdade. Por um lado a interpretação formal ou processual que priva pela neutralidade processual e de outro lado a interpretação da igualdade de resultados ou material que busca resultados na promoção e na construção da igualdade social. Assim, as ações afirmativas poderiam ser vistas como instrumentos do estado para promover essa igualdade ou para mitigar as desigualdades sociais tão aberrantes do país.

Neste estudo temos a hipótese de que as pessoas têm atitudes mais negativas em relação às ações afirmativas quando elas referem-se a negros, em comparação com as ações afirmativas referentes aos deficientes e às mulheres. Temos também a hipótese de que as atitudes favoráveis às ações afirmativas estão correlacionadas com os valores democráticos.

Bernardino (2005) afirma que as ações afirmativas para negros no Brasil, envolve não apenas a justiça redistributiva da riqueza mas também a justiça simbólica, onde há o auto-reconhecimento positivo do que é ser negro neste país. Ou seja, inclui a constituição de um senso de pertencimento social ou mesmo de uma identidade negra.

Schemermund, Salles, Mueller e Crosby (2001) demonstraram que numa população de estudantes afroamericanos, a maior ou menor aceitação das ações afirmativas está correlacionada com o grau de centralidade da identidade racial na vida do indivíduo. Ou seja, eles demonstraram que quanto mais aqueles jovens se identificavam positivamente como pertencentes da raça negra, mais eles eram favoráveis as ações afirmativas.

Skedsvold e Mann (1996) afirmam que as pesquisas psicológicas sobre ações afirmativas podem dar contribuições significativas para a discussão política, pois os Estados Unidos têm adotado vários tipos de políticas de ação afirmativa desde a metade do século XX, e várias pesquisas têm documentado os importantes ganhos na equidade racial e de gênero.

ATITUDES INVESTIGADAS COMO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de atitude é talvez o conceito mais antigo e discutido da Psicologia Social. Lima (1996) afirma que talvez esse conceito tenha sido o primeiro a dar identidade à psicologia social, à medida que articulava a psicologia individual com a sociologia, permitindo identificar o posicionamento de um indivíduo face à realidade social.

Por isso não existe um conceito consensual de atitudes, essa conceituação varia conforme o posicionamento epistemológico, já que várias escolas da psicologia se interessaram e se interessam pelo estudo das atitudes.

Lima (1996) apresenta alguns pontos em comum entre os vários conceitos de atitudes:

- As atitudes referem-se a experiências subjetivas, sendo que todos os autores concordam que esta possui um caráter aprendido.
- As atitudes são sempre referidas a um objeto, ou seja, as atitudes são sempre em relação a um objeto, como por exemplo, a atitude face ao aborto.
- As atitudes incluem sempre uma dimensão avaliativa, o que significa dizer que as atitudes sempre expressam uma posição (favorável ou desfavorável) em relação a um objeto.

Krech, Crutchfield, Ballachey (1975) definem as atitudes como “sistemas duradouros de avaliações positivas e negativas” (p.161), e ressaltam a existência e a inter-relação de três componentes mutuamente interdependentes desse sistema. Para eles, toda atitude teria seu componente afetivo, cognitivo e comportamental que por sua vez, poderão variar quanto à valência positiva ou negativa, e também quanto à sua multiplicidade, ou seja, quanto ao número e variedade de elementos ou partes que constituem um componente. Assim, por exemplo, uma pessoa pode ter uma atitude que varia de uma valência extremamente positiva a uma atitude extremamente negativa em relação às ações afirmativas e isso vai depender tanto da sua afetividade ou sentimentos, quanto das informações ou conhecimento que ela tem sobre o assunto e vai também influenciar seu comportamento social.

Essa noção de sistema confere ao conceito de atitudes a profundidade necessária para se tratar do tema. Cada componente das atitudes pode ser considerado sobre uma perspectiva bem vasta e ampliada.

O componente cognitivo, por exemplo, pode variar de crenças e conhecimentos simples a respeito de um objeto social até um conjunto exaustivo de conhecimento e crenças. O componente afetivo pode variar de uma simples predisposição afetiva negativa ou positiva em relação a um objeto até a um conjunto extremamente complexo de emoções a seu respeito. E o componente comportamental tem variabilidade praticamente infinita, podendo variar de uma simples predisposição imediata de atacar o objeto até aos excessos, por exemplo, da adoração.

Doise (2001) afirma que a concepção de atitude quase não evoluiu desde os anos 1930. “Trata-se sempre de uma posição específica que o indivíduo ocupa em uma ou várias dimensões pertinentes para a avaliação de uma entidade social dada” (p.189).

Neste estudo, as atitudes são investigadas enquanto representações sociais, como propõe Doise (2002), integrando os sistemas individuais das atitudes aos sistemas de relações sociais.

O estudo das representações, tal como proposto por Moscovici (1978), abriu uma nova perspectiva epistemológica para a psicologia social. Principalmente pelo fato de ter delimitado um campo específico da psicologia para abordar os fenômenos sociais.

Situado no limiar entre a psicologia e as ciências sociais, o estudo das representações sociais preocupa-se com o fenômeno atual, com a vida cotidiana, com os aspectos da vida diária do indivíduo que são compartilhados socialmente e, logicamente, perpassados por uma lógica social.

Para ele, quando algo novo ingressa no campo intelectual de um indivíduo ou grupo, um conflito é suscitado entre o medo do desconhecido e a necessidade de se conhecer. Ao mesmo tempo em que existe uma resistência ao novo, esse novo rapidamente se espalha. Moscovici afirma que isso acontece porque há um desejo de escapar do controle daquele que já domina o conhecimento, e por isso cada um se sente compelido a buscá-lo. Ao ser gradativamente incluído no conhecimento que chamamos de senso comum, essa nova informação passa por dois processos denominados de objetivação e ancoragem.

“A objetivação faz com que se torne real um esquema conceptual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material, resultado que tem, em primeiro lugar, flexibilidade cognitiva...” (Moscovici, 1978, p.111)

A ancoragem parte do princípio de que, quando um indivíduo pensa num novo objeto, ele não o pensa no vazio, como se sua mente fosse uma *tabula rasa*. Pelo contrário, ele compara esse objeto com algo já conhecido. Por outro lado, o categoriza dentro das complexas redes de conhecimento que já possui.

A ancoragem corresponde exatamente na incorporação ou assimilação de novos elementos de um objeto em um sistema de categorias familiares e funcionais aos indivíduos e que lhes estão facilmente disponíveis na memória.

A ancoragem permite ao indivíduo integrar o objeto da representação em um sistema de valores que lhe é próprio, denominando-o e classificando-o em função dos laços que este objeto mantém com sua inserção social (Oliveira Almeida, 1996, p.8).

O conceito de ancoragem é de extrema importância para os estudos atuais sobre as representações sociais, especialmente para a abordagem societal de Doise, Clemence e Lorenzi-Cioldi (1993), que dá ênfase na investigação das ancoragens das representações sociais que levam às tomadas de posições individuais dentro das realidades simbólicas coletivas. Lembrando que o conceito de ancoragem adotado por Doise e colaboradores (1993) se diferencia do conceito original de Moscovici, já que para Doise, a ancoragem, e os seus mecanismos são os fatores que influenciam nas tomadas de posição simbólica do indivíduo, como por exemplo, as opiniões e as atitudes de um indivíduo em relação a um objeto social.

Portanto neste estudo, as atitudes das pessoas em relação às ações afirmativas referentes aos negros, às mulheres e aos deficientes físicos, são investigadas como representações sociais. Ou seja, procuramos investigar em que essas atitudes individuais estão ancoradas no pensamento social, por isso temos três hipóteses:

- 1- As pessoas têm uma atitude mais negativa quando as ações afirmativas referem-se aos negros do que quando as ações afirmativas referem-se aos deficientes e as mulheres.
- 2- As atitudes em relação às ações afirmativas estão ancoradas nos valores democráticos
- 3- As atitudes em relação as ações afirmativas estão ancoradas na identidade racial individual.

MÉTODO

Participaram deste estudo 97 estudantes de uma universidade privada do estado de Goiás. A média de idade foi de 24,5 anos com desvio padrão de 8,4 anos. A grande maioria era do sexo feminino (85,3%).

INSTRUMENTO

Para investigar essa questão, foi desenvolvido um questionário com algumas questões demográficas e três escalas Likert:

- Dados demográficos: sexo, idade, religião, cor da pele e raça.
- Escala de democracia (Pereira, Torres & Barros, 2004): escala Likert composta por trinta itens.

- Escala de atitude em relação às ações afirmativas para mulheres: escala Likert compostas por sete itens que foi elaborada para este estudo.
- Escala de atitude em relação às ações afirmativas para negros; escala Likert composta por oito itens que foi elaborada para este estudo.
- Escala de atitude em relação às ações afirmativas para deficientes: escala Likert com cinco itens que foi elaborada para este estudo.

Procedimento

O questionário foi aplicado em sala de aula e respondido individualmente pelos universitários.

RESULTADOS

Inicialmente, fizemos as análises fatoriais das quatro escalas pelo método de análise dos componentes principais a fim de identificar os fatores e as qualidades psicométricas das mesmas. A escala de democracia teve um *alfa de Crombach* de 0,83 que é considerado alto. A medida de adequabilidade da amostra obtida através do teste Kaiser-Meyer-Olkin é de 0,722 e a significância é de $p < 0,001$. Um único fator explica 24,1% da variância. A escala de ações afirmativas em relação aos negros teve um *alfa de Crombach* de 0,60 que é considerado mediano. O Kaiser-Meyer-Olkin é de 0,674 e a significância é de $p < 0,001$. Um único fator explica 29,9% da variância. A escala de ações afirmativas em relação às mulheres teve um *alfa de Crombach* de 0,53 que é considerado baixo e o Kaiser-Meyer-Olkin foi de 0,687 e a significância é de $p < 0,001$. Um único fator explica 39,8% da variância. E a escala de ações afirmativas em relação aos deficientes físicos teve um *alfa de Crombach* de 0,76 que também é considerado mediano. Seu KMO foi de 0,687 e a significância é de $p < 0,001$, sendo que um único fator explica 54% da variância.

Em seguida calculamos as correlações entre os valores democráticos e as atitudes em relação às ações afirmativas para negros, mulheres e deficientes. Encontramos duas correlações:

- a correlação positiva entre os valores democráticos e entre as atitudes em relação as ações afirmativas para deficientes. Isto significa que quanto maior a adesão das pessoas aos valores democráticos, mais favoráveis elas são as ações afirmativas para os deficientes. ($r = 0,233$, $p < 0,05$)
- a correlação positiva entre as atitudes em relação as ações afirmativas para negros e as atitudes em relação as ações afirmativas para mulheres. Ou seja, as pessoas que aceitam as ações afirmativas para negros aceitam as ações afirmativas para mulheres e vice-versa.

Num terceiro momento, dividimos a variável demográfica raça em quatro grupos distintos, pelo método *split file*:

- 1- Participantes que não souberam definir adequadamente a raça a que pertence, que deram respostas tais como raça brasileira ou que deixaram a pergunta em branco.
- 2- Participantes que se definiram como pertencentes à raça branca.
- 3- Participantes que se definiram como pertencentes à raça parda.
- 4- Participantes que se definiram como pertencentes à raça negra.

Posteriormente calculamos novamente as correlações entre os valores democráticos e as atitudes das pessoas em relação as ações afirmativas para negros, mulheres e deficientes físicos. Desta vez encontramos os seguintes resultados:

- nos participantes que não souberam definir sua raça, houve a correlação positiva entre atitudes em relação às ações afirmativas para negro e para deficientes ($r= 0,42, p<0,05$). E também houve a correlação positiva entre as atitudes em relação às ações afirmativas para mulheres e para deficientes ($r= 0,41 p<0,05$). Ou seja, nas pessoas que não sabem ou não quiseram definir sua raça, aqueles que concordam com as ações afirmativas para os negros, também concordam com as ações afirmativas para os deficientes e vice-versa. O mesmo acontece quando se trata das ações afirmativas para as mulheres e para os deficientes. Talvez poderíamos inferir que essas pessoas que não identificaram adequadamente sua raça tendem a perceber as ações afirmativas igualmente quando se tratam de negros, mulheres e deficientes, exatamente o oposto do que propõe a nossa hipótese.
- Nas pessoas que se identificaram da raça branca e da raça parda, não houve nenhuma correlação significativa
- Nas pessoas que se identificaram da raça negra, houve uma correlação significativa entre as atitudes em relação as ações afirmativas para os deficientes e para as mulheres.

Finalmente, medimos a média das respostas ao item do instrumento que diz “Como a maioria da população negra brasileira não tem as mesmas chances dos brancos, é justo reservar vagas para eles nas universidades públicas”. Os resultados demonstraram uma tendência geral dos participantes a serem desfavoráveis a essa idéia, no entanto os participantes que se identificaram como brancos foram os mais desfavoráveis (média= 2,8), seguidos dos participantes negros (média= 3,3) sendo que os participantes que não identificaram adequadamente a raça e os pardos foram os que mais se aproximaram da indiferença em relação a questão. (ambos com média3,5).

A escala pedia ao participante que marcasse de 1 a 7, sendo que 1 equivalia a discordo totalmente e 7 a concordo totalmente, portanto quanto mais próximo de 1 maior a discordância e quanto mais próximo de 7 maior a concordância sendo 4 o ponto médio que significa não concordo nem discordo.

CONCLUSÕES.

Inicialmente tínhamos três hipóteses:

- 1- As pessoas têm uma atitude mais negativa quando as ações afirmativas referem-se aos negros do que quando as ações afirmativas referem-se aos deficientes e as mulheres.
- 2- As atitudes em relação às ações afirmativas estão ancoradas nos valores democráticos
- 3- As atitudes em relação às ações afirmativas estão ancoradas na identidade racial individual.

Em relação a primeira hipótese pudemos constatar que as pessoas que aceitam as ações afirmativas para as mulheres também aceitam para negros e vice versa, havendo uma relação diretamente proporcional entre essas duas variáveis. Provavelmente isso se deve ao fato de que as pessoas que discriminam ou que não reconhecem a discriminação em relação a uma dessas minorias também o fazem em relação à outra.

Isso fica mais claro quando constatamos que em relação a nossa segunda hipótese, apenas as atitudes referentes as ações afirmativas para deficientes físicos estão correlacionadas com os valores democráticos, indicando que provavelmente a aceitação em relação ao deficiente acontece de forma diferenciada porque as ações afirmativas tentam amenizar uma diferença física naturalmente existente, enquanto que as ações afirmativas para mulheres e negros tentam amenizar as desigualdades criadas socialmente, que nem sempre são reconhecidas como tal.

A questão inserida na nossa terceira hipótese merece ser investigada com maior profundidade, pois a questão da identidade racial no Brasil é bastante complexa e segundo Bernadino (2005) está profundamente arraigada no mito da democracia racial e no ideal de embranquecimento, que se apóia na generalização dos casos de ascensão social do mulato e na mestiçagem como uma forma de gradualmente embranquecer a população.

Apenas 16% dos nossos participantes se identificaram com pertencentes a raça negra sendo que 27% se identificaram como pardos e 34% como brancos. Por outro lado, quando a questão é a cor da pele, apenas 5% se dizem da cor negra, sendo que 53% se dizem brancos e 39% pardos. Ainda temos que 22% dos participantes não definiram adequadamente sua raça enquanto apenas 1% não identificou sua cor da pele.

A confusão estabelecida entre cor da pele e raça nos remete a pensar na pesquisa de Schemermund, Salles, Mueller e Crosby (2001) que demonstrou que numa população de estudantes afroamericanos, quanto maior o orgulho de sua identidade negra, maior a aceitação das ações afirmativas para negros. Os nossos dados entretanto demonstram que os participantes que se consideram da raça negra são contrários as ações afirmativas para eles próprios. E ainda que eles correlacionam a aceitação ou não das ações afirmativas para mulheres e deficientes físicos e não o fazem em relação as AA para os negros.

Por outro lado, os que não identificaram adequadamente sua raça parecem ser os que ainda não formaram uma atitude em relação as cotas nas universidades para negros e parecem colocar em pé de igualdade as AA para negros, mulheres e deficientes físicos.

Parece-nos que a implementação das ações afirmativas para os negros no Brasil insere mesmo, como afirma Bernardino (2005), um novo modelo de relações raciais no país, que tem como principal obstáculo o preconceito que segundo Camino e colaboradores (2000) vem assumindo novas formas e vem se tornando cada vez mais sutis.

ABSTRACT

The psychosocial research about affirmative actions can contribute significantly for the political issues about the laws who try to dissolve the social differences. We have the hypothesis that the attitude toward affirmative action happens differently for handicaps, women and Negroes. Also we have the hypothesis that the attitude toward affirmative action anchors in the democratic values and the racial identity. The results partially concur with our hypothesis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Camino, L., Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36.
- Doise, W. (1982). *A Mudança Em Psicologia Social. Mudança Social e Psicologia Social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Doise, W. (2001). Atitudes e representações sociais. In D. Jordelet (eds.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Uerj.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social a psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 27-35.
- Doise, W., Clemence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. Hempel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Gomes, J., B., B. (2001). O debate constitucional sobre as ações afirmativas. <http://www.mundojuridico.adv.br>.
- Krech, D., Cruthfield, R. S., Ballachey, E. L. (1975). A natureza e a mensuração de atitudes. In Krech, D., Cruthfield, R. S., Ballachey, E. L. *O indivíduo na sociedade: um manual de psicologia social*. (3 ed). São Paulo: Pioneira.
- Lima, M. L. P. (1996). Atitudes. In J. Vala & M. B. Monteiro (eds.). *Psicologia Social* (2 ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Olson, J. M., Zanna, M. P. (1993). Attitudes and attitude change. *Annu. Rev. Psychol.*, 44, 117-154.
- Opatow, S. (1996). Affirmative Action, Fairness, and Scope of Justice. *Journal of Social Issues*, vol 52.n.04, pp 19-24.
- Schmermund, A., Sellers, R., Muller, B., Crosby, F. (2001). Attitudes Toward Affirmative Action as a Function of Racial Identity Among African American College Students. *Political Psychology*, v 22, n4, pp759-774.
- Skedsvold, P., R., Mann, T. L. (1996). Affirmative Action: Linking Research, Policy, and Implementation. *Journal of Social Issues*, vol 52.n.04, pp 3-18.